

INDIVIDUALIDADE E CIDADANIA NUM MUNDO DIVIDIDO

Gabriel COHN¹

- RESUMO: O texto analisa a sociologia de Durkheim, pensador por excelência da supremacia da sociedade sobre o indivíduo, dos "fatos sociais" como "coisas" que se impõem aos indivíduos objetivamente, a partir de fora; uma sociologia que buscava a unidade do mundo, mas que o reconhecia como irreparavelmente dividido.
- PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; sociedade; indivíduo; divisão do trabalho; Estado; moral; religião; democracia.

O individualismo, essa religião da humanidade, tem tudo de que precisa para falar aos seus fiéis num tom não menos imperativo do que as religiões que substitui. Se a dignidade do indivíduo adviesse das suas particularidades distintivas seria de se temer que ele se fechasse numa espécie de egoísmo moral e tornasse impossível qualquer solidariedade. Mas, na realidade, ele a recebe de uma fonte mais alta, que compartilha com todos os homens. Se ele tem o direito a esse respeito religioso é porque há nele algo da humanidade. É a humanidade que é respeitável e sagrada. Ora, ela não está toda contida nele. Ela se reparte entre todos os seus semelhantes. Em conseqüência, ele não pode tomá-la como fim da sua conduta sem sair de si. Assim entendido, o individualismo não é a glorificação do eu, mas do indivíduo em geral. Não é o egoísmo que o move, mas a simpatia por tudo que é humano, uma compaixão maior por todas as dores, por todas as misérias humanas, uma necessidade mais ardente de combatê-las e suavizá-las, uma maior sede de justiça. *Émile Durkheim*

¹ Departamento de Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP - 05508-900 - São Paulo - SP.

Émile Durkheim escreveu esse texto ainda no final do século passado, no calor da mobilização dos intelectuais franceses em torno do processo Dreyfus (em que um oficial foi condenado falsamente, como se comprovou depois, por alta traição). Ele estava do lado dos que se opunham à condenação, e foi levado a essa intervenção no debate pelos ataques do crítico literário conservador Brunetière ao “individualismo” como agência principal da corrosão dos princípios morais e do respeito às instituições nacionais, que estariam na base do caso Dreyfus. Tratando-se de um texto ocasional, Durkheim pode permitir-se a ênfase apaixonada, algo que esse homem sóbrio e contido expulsava inteiramente das suas publicações mais elaboradas. Mas várias questões que o preocuparam por toda a vida estão aí contidas.

Num período de trinta anos a partir de seu primeiro curso de “ciência social”, em 1887, Durkheim consolidou sua posição de clássico das ciências sociais (ele preferiria que fosse uma só ciência de síntese, a Sociologia) como o pensador por excelência da supremacia da sociedade sobre o indivíduo, dos “fatos sociais” como “coisas” que se impõem aos indivíduos objetivamente, a partir de fora. Morreu há exatamente oitenta anos, em 15 de novembro de 1917, sob o efeito de uma seqüência de infortúnios (a perda do filho e de vários dos seus melhores discípulos no holocausto da Primeira Guerra Mundial). Golpes que projetaram de maneira destrutiva, no que ele tinha de mais íntimo, aquilo que havia sido uma das fontes de suas preocupações como cientista: as difíceis e na realidade insolúveis relações entre o corpo como base última da individualidade subjetiva e como fonte de impulsos, e a sociedade como instância objetiva da sua regulação. (A propósito, um estudo mais demorado de Durkheim obrigaria a confrontar suas idéias com as de dois dos seus maiores contemporâneos, Freud e Saussure.) Deixou uma imagem de pensador conservador, preocupado com a autoridade mais do que com a liberdade. Mas passagens como essa, que constitui uma profissão de fé no exato sentido do termo, revelam que há nele muito mais do que a mera insistência na primazia do social sobre o individual. As relações que ele estabelece entre essas duas dimensões são bem mais matizadas e explicitamente problemáticas. E, num momento em que o individualismo moral que ele tanto prezava tende de novo a ser substituído pela glorificação do eu egoísta, vale a pena rever o que tinha a dizer.

1 Os grandes temas

Nessa passagem encontramos portanto o Durkheim intelectual diante de uma situação crítica mais do que o cientista rigoroso. “Os escri-

tores e os sábios são cidadãos. É portanto evidente que eles têm o estrito dever de participar da vida pública”, escreveu ele em outro momento, para logo se perguntar sobre a forma e a medida dessa intervenção. Sua resposta é que “devemos ser, antes de mais nada, conselheiros e educadores. Somos feitos para ajudar nossos contemporâneos a se reconhecerem nas suas idéias e nos seus sentimentos mais do que para governá-los”. Difícil ler isso sem lembrar-se da conhecida formulação de Antonio Candido em situação semelhante, no Brasil, quando dizia que cada qual tem sua tarefa, e que a do intelectual consiste em “pôr ordem nas idéias”. Mas nela encontramos também algo como uma síntese programática dos seus principais temas. Em primeiro lugar, claro, está o próprio tema do individualismo como uma característica intrínseca das sociedades complexas modernas, nas quais representa um avanço em relação às formas mais simples de organização da sociedade. A esse respeito o argumento que Durkheim construiu ao longo da sua obra sociológica é dos mais engenhosos, considerando-se que sua preocupação básica sempre foi mostrar que em nenhum aspecto a sociedade pode ser reduzida ao nível dos indivíduos que a compõem, nem derivada dele. A idéia básica é que a própria figura do indivíduo é uma criação social. Mais especificamente, é uma figura que não ocorre em nenhum tipo de sociedade. É um fenômeno do mundo moderno, em que sociedades baseadas na interdependência de funções diferenciadas geradas pela divisão do trabalho substituem aquelas em que a amarração do conjunto se dá pela compacta junção de partes semelhantes entre si. Mas, ao ser engendrada pela sociedade, essa figura do indivíduo não corresponde a um ente isolado, voltado sobre si próprio. Já traz a marca da ligação com o outro, com todos os outros. Laços que, sendo sociais e não naturais, são da ordem dos significados e da consciência. Laços morais, portanto (e é por isso que Durkheim usa o termo “solidariedade” para designá-los).

Isso conduz diretamente às referências à religião, outro dos seus grandes temas. Se o individualismo de que Durkheim fala é moral e se esse caráter lhe advém da sociedade como um todo, a religião a que ele alude tem caráter secular e não se confunde com nenhuma confissão ou igreja. Importa para Durkheim a religião naquilo que remete ao que há de mais fundo no social, literalmente o re-ligar dos homens entre si. Portanto, não é o indivíduo como partícula isolada que está em jogo, mas sim o valor que a sociedade lhe confere (e que ele, sozinho, não saberia atribuir-se). É o individualismo, algo só possível socialmente: essa espécie de paradoxo, pelo qual a dignidade inalienável de cada

qual só ganha substância na sua inserção num conjunto maior, supra-individual.

2 Universalidade

Neste ponto atingimos um aspecto importante e muito atual do pensamento durkheimiano. É que esse conjunto mais amplo não se limita a esta ou àquela sociedade singular (embora concretamente a valorização do indivíduo só possa ocorrer em sociedades também concretamente dadas). A referência é de fato ao conjunto mais amplo de todos, o mais universal, que é a humanidade. Durkheim pode fazer isso sem medo de cair numa referência abstrata, no nível dos puros princípios que sempre evitou, porque para ele o tipo de sociedade que gera o individualismo tende efetivamente a se universalizar. A universalização da forma mais complexa de sociedade seria também a consolidação universal do valor do indivíduo como ente moral. Isso coloca Durkheim numa posição interessante com relação ao debate que atualmente se trava entre posições éticas e políticas com base em um liberalismo de perfil universalista e posições de caráter "comunitarista". Enquanto as primeiras tomam como referência o indivíduo como sede e fonte de direitos universais com base racional, as segundas enfatizam valores coletivos e a impossibilidade teórica e prática de conceber coerentemente os indivíduos fora da sua imersão em contextos comunitários. Numa primeira aproximação, Durkheim claramente estaria do lado dos comunitaristas. Mas a sua posição é mais complexa, porque ele no final acaba recusando a referência a contextos sociais particulares como suficiente para definir formas de vida, ações moralmente significativas e direitos. Não encontramos nele nenhuma simpatia pela aceitação relativista da multiplicidade irreduzível de formas de vida sociais, cada qual com seus critérios próprios de orientação das condutas dos seus membros. De certa forma, Durkheim combina a primazia da dimensão social dos "comunitaristas" com o universalismo dos "liberais". Claro que isso é feito com base na idéia da tendência real à universalização de um padrão de organização da sociedade e, portanto, também de orientação normativa básica: exatamente aquele que engendra e mantém socialmente a valorização positiva da individualidade.

Por outro lado, é claro que essa idéia da efetiva universalização do padrão de organização das sociedades complexas modernas permite incluir Durkheim nos debates atuais sobre questões como a da "globalização". Para isso seria conveniente ir um pouco além da letra expres-

sa nos textos durkheimianos e considerar uma noção fundamental no pensamento contemporâneo que ele já entrevia com clareza. Trata-se da idéia de complexidade, que se associa à idéia de um conjunto organizado, de um sistema. Na polêmica de Durkheim com Herbert Spencer fica claro que, ao contrário do seu adversário, o que o preocupa no estudo dos sistemas sociais vai além da questão da sua diferenciação, no sentido de incremento de elementos e mesmo das relações entre eles. Interessam-lhe as propriedades do próprio conjunto, especialmente as propriedades novas, que emergem a partir de patamares bem-definidos de relações entre os elementos (relações essas que em sistemas sociais são da ordem da comunicação). É por esse caminho que Durkheim é levado a dar especial atenção à dimensão que denominava "morfológica" dos fenômenos sociais. Vale dizer, a tudo que diz respeito à distribuição das comunicações entre os homens num espaço social, às características dos grupos, às variações de densidade das suas relações, enfim, ao meio em que esses fenômenos ocorrem. E não só ocorrem como são gerados, numa espécie de processo de síntese social com algumas analogias químicas, a partir de condições dadas do meio. A emergência de novo fenômeno social (por exemplo, a valorização de cada indivíduo como pessoa) corresponde a uma nova propriedade da sociedade no seu conjunto (por exemplo, o individualismo) e não desta ou daquela parte. A idéia envolvida nisso prenuncia um conceito central em teorias sociais contemporâneas, precisamente a de complexidade, pela qual se vai além dos problemas da diferenciação e do equilíbrio entre as partes de um sistema para atingir-se o plano das propriedades presentes do conjunto e também das emergentes. Quais as propriedades de um megassistema social mundial? Essa pergunta contemporânea não pegaria Durkheim desprevenido.

3 Anomia e utopia

É verdade que para Durkheim a constituição e o funcionamento das sociedades modernas não se dão sem problemas. Fiquemos num só deles, cuja designação converteu-se em algo como a marca registrada da perspectiva durkheimiana. A referência é a um descompasso ocasional, causado pela rapidez das mudanças na sociedade, entre as necessidades de orientação dos indivíduos nas suas ações e a capacidade dos sistemas normativos de responder eficazmente a elas. Os sistemas normativos que fornecem as diretrizes para as condutas socialmente aceitáveis revelam-se insuficientemente integrados. Esses espaços vazios acabam

exacerbando para além do aceitável algo que já é uma característica (positiva, para Durkheim) de sociedades diferenciadas em grande escala. É que nelas a margem de arbítrio individual aumenta, em contraste com as formas de orientação normativa relativamente fechadas dos grupos menores e mais simples. Difícil, claro, é a manutenção do delicado equilíbrio entre níveis de abertura dos sistemas normativos e sua desarticulação a ponto de deixar grupos inteiros de membros da sociedade à deriva, numa situação que Durkheim, em termos um tanto exacerbados, considerava de ausência de regras, de "anomia". Por esse ângulo chega-se ao que é provavelmente a vertente mais explorada do pensamento durkheimiano. Até porque conduz à dimensão das fraturas e dos conflitos sociais.

Em Durkheim, a centralidade da preocupação com o estabelecimento de laços entre os homens, naquilo que literalmente é sua convivência social, levou-o a dar especial relevo à idéia de comunicação, que também reapareceria sob várias formas no centro da reflexão social deste século. É verdade que nele a referência aos vínculos comunicativos está marcada por uma referência muito sua, que leva ao limite a idéia de laços morais compartilhados. É que em vários momentos a idéia da comunicação entre partes da sociedade aparece como uma espécie de realização imperfeita de uma unidade moral mais funda, daquilo que em seus próprios termos seria uma "comunhão". Nesses pontos o pensamento durkheimiano é percorrido por uma espécie de utopia não explicitada, em que a sociedade aparece, no limite, como plenitude da participação associada à plenitude da realização pessoal. Não se trata de idéia incompatível com um pensamento social que concebe a liberdade na sua feição mais severa e mais clássica, de capacidade de ser "senhora de si" na sua integração com os outros. Ao mesmo tempo, essa concepção assinala a dimensão trágica do pensamento durkheimiano, vincado pela presença simultânea de um esquema analítico que opera com dualidades irredutíveis (o individual e o social, o sagrado e o profano e assim por diante) e uma concepção de fundo marcada pelo anseio à unidade íntegra, à plenitude da experiência e da consciência. Seria preciso analisar, nesse passo, o papel que desempenham nesse pensamento noções como a de disciplina, de sacrifício e de personalidade.

4 Estado e democracia

A concepção da sociedade como instância moral primordial marca profundamente o pensamento político de Durkheim. Desde logo, isso se

manifesta na sua recusa a considerar a territorialidade como critério definidor do Estado moderno e na sua insistência em considerá-lo como ente “moral” que não se coloca acima da sociedade, mas é um órgão dela com funções específicas. Dele não se espera pouco (muito mais, sem dúvida, do que o monopólio da violência legítima no interior de um território, como queria o grande contemporâneo de Durkheim, Max Weber). Espera-se que ele seja o órgão capaz de produzir uma consciência clara do que convém à sociedade e de aplicá-la pela via da lei, sempre em conformidade com sua tarefa maior, que é a de assegurar os direitos individuais. Trata-se, portanto, de parcela da sociedade que não se destaca dela, mas da qual a própria sociedade exige iniciativa própria naquilo que ela não produz espontaneamente, que é a clara consciência das suas necessidades. Numa metáfora que pode soar estranha em outros lugares, mas faz sentido numa sociedade de politécnicos e altos administradores, como a francesa, é como se o Estado fosse o cérebro da sociedade. Não impera sobre ela como instância externa, mas tampouco é mera instância receptora e processadora de demandas sociais. Nessas condições, deve ter autoridade para agir, mas não pode ser deixado solto, sob pena de não funcionar ou de tornar-se despótico. Deve, em suma, estar em comunicação constante com o resto da sociedade. É a esse necessário processo de comunicação entre o complexo de órgãos estatais e o conjunto dos cidadãos que Durkheim reserva o termo “democracia”.

É nesse ponto que entra o aspecto do seu pensamento político que mais embaraço causa aos seus comentaristas. Trata-se da solução que propõe para o problema da organização política dos interesses sociais, sem a qual os indivíduos se veriam isolados e impotentes diante dos aparelhos do Estado. De modo inteiramente coerente com suas concepções básicas, Durkheim adota um critério social (“moral”, nos seus termos) para definir as bases de organização daquilo que seria, na linguagem que se tornou comum hoje, a “sociedade civil”. Na sua perspectiva, essas bases não poderiam ser simplesmente territoriais. A participação nos processos políticos envolve a existência prévia de laços no interior dos grupos e entre eles, e é tanto mais eficaz democraticamente (isto é, como processo de comunicações recíprocas entre o Estado, os grupos sociais e os indivíduos) quanto mais os interlocutores do Estado tiverem sua consistência assegurada por modos de vida e valores compartilhados, ainda que diferenciados para cada grupo. Daí a idéia de, numa sociedade organizada em termos da diferenciação das ocupações mediante a divisão do trabalho, atribuir capacidade representativa aos grupos (“corporações”) profissionais. A idéia acabou ficando desmoralizada pelas

afinidades que lhe foram atribuídas com o corporativismo fascista. Mas com relação a este certamente a idéia de fundo vai na direção oposta. Não vai no sentido do reforço do Estado, mas sim da procura da modalidade de representação política mais consentânea com a forma socialmente mais significativa de organização da “sociedade civil” no mundo moderno. Ainda que se demonstre que se trata de concepção equivocada no conjunto, os problemas que busca enfrentar continuam em debate.

E se Durkheim desembarcasse aqui e agora, para avaliar o mundo que deixou? Não se sentiria um estranho nem deixaria de reconhecer progressos. Afinal, ele jamais tivera ilusões. Sempre soubera que o mundo cuja unidade buscava era irremediavelmente dividido. Mas provavelmente se surpreenderia com a persistência de problemas que buscara enfrentar com os recursos de uma ciência social teoricamente bem fundada e praticamente relevante, da qual se propunha ser o criador. Egoísmo selvagem e predatório como valor dominante no lugar do individualismo moral que imaginava estar em ascensão; anomia; dificuldades para lidar com a diversidade cultural; fortalecimento de particularismos; enfim, um mundo que o levaria a interrogar-se, no fundo, se a ciência social que propusera não teria se revelado insuficiente. Ou talvez não tivesse sido estudada com a devida atenção? Que cada qual imagine a resposta íntima do velho mestre.

COHN, G. Individuality and citizenship in a divided world. *Perspectivas (São Paulo)*, v.22, p. 31-38, 1999.

- **ABSTRACT:** *This text analyzes the sociology of Durkheim, who above all thinks that society dominates the individual, and who sees the “social facts” as “things” that have been imposed on the individuals objectively from the outside. This kind of sociology searched the unity of the world but recognized that this world was inevitably divided.*
- **KEYWORDS:** *Sociology; society; individual; **division of labor; State; morality; religion; democracy.***